

Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível

Community-based tourism and socio-spatial development: dialogue possible

Alessandra Silva Lobato

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como é possível existir um diálogo entre o turismo de base comunitária e o desenvolvimento socioespacial, no sentido de utilizar estes conceitos na elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento do turismo em áreas de comunidades tradicionais. Para alcançar o objetivo foram realizados levantamentos e revisões bibliográficas sobre o tema em questão. Observou-se que o turismo de base comunitária apresenta várias características que se aproximam dos princípios do desenvolvimento socioespacial proposto por Marcelo Lopes de Souza. Destaca-se que o desenvolvimento proposto com o Turismo de Base Comunitária é aquele no qual as comunidades envolvidas devem ser as principais beneficiadas, devendo ter autonomia para decidir sobre as ações voltadas ao turismo. Autonomia, qualidade de vida e justiça social são os parâmetros para se alcançar o desenvolvimento socioespacial. Assim, nota-se que é possível o turismo de base comunitária contribuir com o desenvolvimento de comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Socioespacial; Comunidades.

ABSTRACT

This article aims to understand how there can be a dialogue between the community-based tourism and socio-spatial development, in the sense of using these concepts in the development of projects related to the development of tourism in areas of traditional communities. To achieve the goal, surveys and literature reviews were conducted on the related topic. It was observed that the community-based tourism has several characteristics that approximate to the principles of socio-spatial development proposed by Marcelo Lopes de Souza. It is noteworthy that the proposed development with the community-based tourism is one in which the involved communities should be the main benefitted and they should be free to decide on the actions related to tourism. Autonomy, quality of life and social justice are the parameters to achieve the socio-spatial development. Thus, it is realized that it is possible to the community-based tourism contribute to the development of traditional communities.

KEYWORDS: Community Based Tourism; Socio-Spatial Development; Communities.

Introdução

O presente trabalho pretende contribuir com as discussões sobre o Turismo de Base Comunitária e o Desenvolvimento Socioespacial, haja vista que estes dois conceitos apresentam elementos que permitem a eles uma forma de diálogo, sendo apontados nesta pesquisa teórica como conceitos a serem levados em consideração na elaboração de projetos de desenvolvimento turístico em áreas de comunidades tradicionais.

É fato que o território nacional desde o início de sua colonização vem sendo explorado devido a grande disponibilidade de recursos naturais, que são apropriados pelo grande capital e transformados por estes. Ao longo dos séculos percebe-se que o surgimento de várias atividades econômicas como a atividade industrial, a agricultura, o turismo entre outras contribuiu para o crescimento econômico do país, no entanto contribui, também, para o processo de degradação ambiental e de exploração de comunidades tradicionais, como pode ser observado no litoral brasileiro e na região amazônica.

Quando se trata do turismo em áreas com presença de comunidades tradicionais, observa-se que a inserção da população local ocorre de maneira bastante precária e com exploração acentuada dos recursos naturais como pode ser constatado em vários trabalhos já publicados sobre o tema, isso caracteriza um turismo de massa, uma forma de fazer turismo no qual não se observa melhorias para as populações locais que em vários momentos são vistas como os “atrativos” dessa atividade que também é produtora de espaço. Estudos mostram que as comunidades locais pouco participam do Planejamento Territorial, principalmente, no que se refere às ações voltadas ao turismo, como pode ser constatado nos trabalhos de Santana (2009) e Rosário (2010).

Tendo em vista as dificuldades e problemas existentes em comunidades tradicionais como, por exemplo, a precariedade de acesso a transporte, saúde, educação entre outros, aponta-se nesta pesquisa o Turismo de Base Comunitária como um possível vetor de desenvolvimento. Este desenvolvimento envolve não somente a dimensão econômica, mas também, cultural, política e social. É o desenvolvimento que possa contribuir com a amenização de alguns dos problemas citados.

Assim o objetivo do artigo é compreender como é possível existir um diálogo entre Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Socioespacial, no sentido de utilizar estes conceitos na elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento do turismo em áreas de comunidades tradicionais.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamentos e revisões bibliográficas sobre o TBC e o desenvolvimento Socioespacial, utilizando-se os conceitos dos principais autores que contribuíram com as discussões sobre TBC: Irving (2009), Bursztyn, Bartholo; Delamaro (2009), Rita Cruz (2009), Coriolano (2009), Sansolo (2009), Bartholo (2009), Zechener *et al* (2008), Zaoual (2000), e sobre o conceito de Desenvolvimento Socioespacial utilizou-se os trabalhos de Souza (1996; 1997;

2001; 2006).

O artigo encontra-se estruturado em 3 partes, na primeira discute-se o processo de construção do turismo comunitário e quais suas bases teórico-conceituais, no segundo discute-se sobre o conceito de desenvolvimento Socioespacial e por fim como os conceitos de TBC e desenvolvimento Socioespacial dialogam.

A construção do Turismo de Base Comunitária e suas bases teórico-conceituais

O Turismo de Base Comunitária surgiu com este nome no ano de 2003, durante a realização do 1º Fórum Internacional de Turismo Solidário, que ocorreu na cidade de Marseille na França, e que teve outras edições, uma no ano de 2006 na cidade de Chiapas no México que foi o 2º Fórum, e outra no ano de 2008, na cidade de Bamako no Mali que foi o 3º Fórum. No Brasil o turismo comunitário surge em um primeiro momento, como tema de diálogo científico a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, no ano 1997. Num segundo momento, acrescentou-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, no ano de 2003 de acordo com Zechener *et al* (2008).

As discussões sobre essa forma de turismo surgiram em decorrência de múltiplos fatores, dentre eles destacam-se a crise socioambiental contemporânea, que está diretamente relacionada à ideologia desenvolvimentista, a qual associa o desenvolvimento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico como apontam Araujo e Gelbcke (2008), nas últimas décadas o setor do turismo conheceu uma rápida expansão global, chegando a ser considerada uma das maiores atividades dentro da economia mundial. “A ampliação geográfica do setor respondeu a processos distintos como: réplica às novas demandas de mercado; como estratégia de desenvolvimento local; e, sobretudo, para liberar e integrar mercados regionais” (MOLINA, 2003 *apud* ARAUJO; GELBCKE, 2008, p.8).

Outro fator que contribuiu para a ampliação das discussões sobre outra forma de turismo que causasse menos impactos que a atual, foi à massificação deste setor enquanto atividade econômica em nível planetário, principalmente de determinados segmentos deste, no Brasil, por exemplo, o turismo de “sol e praia” é um dos que mais se desenvolve e movimenta capital, isto é possível em parte, devido à localização do território nacional. O Brasil possui um litoral bastante extenso, isso propicia o desenvolvimento deste segmento, principalmente na região nordeste, no entanto a inserção da população local ainda ocorre de maneira bastante precária, apesar disto é nesta região que o turismo comunitário tem ganhado mais força e adeptos, o turismo comunitário aparece neste contexto como uma alternativa ao turismo de massa. “Ele representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma (*self-reliance*) na cadeia produtiva do turismo” (ARAUJO; GELBCKE, 2008, p.10).

No TBC buscam-se estratégias de desenvolvimento para comunidades, este desenvolvimento não é aquele voltado apenas à dimensão econômica, mais sim social. Comunidades são entendidas neste trabalho como grupos sociais que residem em pequeno espaço geográfico, cuja integração de pessoas entre si e dessas com o lugar é capaz de criar identidades muito fortes que tanto os habitantes como o lugar são identificados como comunidades (CORIOLANO, 2009).

Antonio Diegues (2002) ao explicar o sentido de comunidade aponta que estas são possuidoras de culturas tradicionais sendo o padrão tradicional e o modo de vida critérios de fundamental importância para a definição de comunidade.

Estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência do mercado já existente, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas peculiares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2002, p.83).

Na sociedade moderna, as comunidades significam uma crítica ao modo de vida moderno, que produziu/produz profundas desigualdades sociais, “a comunidade expressa organização coletiva de reivindicações para a busca de melhores condições de vida, de luta para a sociedade pautada na justiça e na igualdade de direitos” (CORIOLANO, 2009, p.43), isso demonstra que viver em comunidade requer igualdade para que a liberdade possa se concretizar.

Para Adrião (2011) as comunidades se apresentam enquanto organização humana e social, que possuem vida própria, está para além da casa, do ser humano, e elas partilham um interesse comum. As comunidades, na sociedade moderna tendem a se organizar coletivamente para reivindicar a busca de melhores condições de vida, tudo isso baseada numa sociedade pautada na justiça e na igualdade de direitos.

Mielke (2009) mostra que o desenvolvimento em comunidades, é uma atividade muito interessante devido a vários fatores, dentre eles destacam-se as possibilidades de criações e estruturações de novos roteiros e destinos turísticos de pequeno porte, que podem contribuir como uma opção complementar de geração de divisas.

As comunidades devem ser as principais beneficiadas com a atividade turística, pois o que se percebe é que a atividade turística do tipo massificada tem gerado graves problemas sociais e econômicos, como por exemplo, ociosidade de mão de obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, inserção precária da mão de obra local, especulação imobiliária, segregação entre habitantes locais e visitantes, trânsito, violência, prostituição, vulgarização da autenticidade e problemas ambientais: poluição e devastação de ecossistemas. Tendo em vista estas considerações aponta-se o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa, essa forma de turismo

tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p.113).

Com isso observa-se que o TBC, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe investimentos e pessoas curiosas e ávidas pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social. Este turismo significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada entre os visitantes e os visitados (IRVING, 2009).

A autora aponta que uma das premissas fundamentais do TBC é a base endógena da iniciativa, pois se a “iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo” (IRVING, 2009, p.114). Além da iniciativa endógena para projetos desta natureza, a participação local deve ocorrer em outros momentos do projeto turístico como no processo de planejamento, implementação e avaliação do mesmo, tal ação representa um elemento eficaz para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética da conservação do patrimônio.

Quando a autora destaca que esta forma de turismo favorece a valorização cultural local, isso evidencia a própria valorização do patrimônio cultural do lugar, estes patrimônios culturais devem ser entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias que são cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres (GONÇALVES, 2005 *apud* PAES, 2010, p.165).

Deve-se de acordo com Matias (2009) identificar e incentivar as formas de turismo que tenham com prioridade o desenvolvimento do lugar, este desenvolvimento deve estar em bases equitativas, que representem alternativas adequadas para a preservação cultural das comunidades locais e de seu ambiente, renegando-se assim as estratégias de mercantilização da cultura.

Percebe-se que nos últimos anos o turismo tem ganhado maior visibilidade a nível nacional, especialmente, quando nos referimos a pequenos agricultores familiares e pequenos proprietários rurais que estão vendo no turismo uma alternativa de melhoria de vida. Órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Turismo (MTUR) estão criando políticas públicas, que tem beneficiado estas populações.

Sampaio (2005) aponta que o turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista no qual se vive. Zechener *et al* (2008) destacam que o turismo comunitário vale-se da vitrine que representa o setor de turismo recentemente, o que significa que esta forma de turismo se apropria da racionalidade instrumental, porém não a de cálculo de consequências meramente individuais, mas sim a de ganhos coletivos, ganhos que possam ser divididos entre aqueles que fazem parte daquela comunidade.

O TBC “busca respeitar as heranças culturais e as tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados” (BURSZTYN *et al.*, 2009, p.88).

Esta modalidade de turismo é um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, deve estar baseado em vários princípios, dentre eles estão a autogestão, o associativismo/cooperativismo, pressupõe, também, a valorização cultural daquele lugar, além disso, vê as comunidades locais como principais beneficiados, com o desenvolvimento da atividade turística (MTur, 2008).

O turismo comunitário “busca-se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e busca valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar” (BURSZTYN *et al.*, 2009, p.88). Para os autores este turismo alternativo busca, “um outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino” (p.88), neste sentido o TBC visa algo que o diferencia das relações que são estabelecidas no turismo de massa.

Segundo Bartholo (2009) a ida de um turista de base comunitária a um local pode ser comparada a ida de um viajante a um sítio, pois existe neste encontro com o outro uma possibilidade de dividir a experiência de sentido que ali se dá, pois os sítios são como comunidades de sentido que

impregnam o conjunto das dimensões dos territórios da vida: com relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e organizações sociais” (ZAOUAL, 2000 *apud* BARTHOLO, 2009, p.52).

No trabalho de Zaoual (2000), é notável que o autor faz referências aos trabalhos de Martin Heidegger apontando que o sítio é capaz de reunir em si o mais elevado e o mais externo, que ao reunir penetra e perpassa todo o resto. Em outro trabalho de Zaoual é possível observar como a teoria dos sítios está relacionada a vários fatores como crenças, conhecimentos e comportamentos.

o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos. O que dá lugar a uma pedagogia de três caixas. Um sítio é, antes de tudo, uma *entidade i-material, invisível* (ZAOUAL, 2009, p.65).

Estas considerações vão ao encontro do que se propõe o turismo comunitário, pois o sentido de proximidade com o outro se expressa através das suas crenças, conhecimentos e comportamentos. É algo que será observado por aqueles que fazem este turismo alternativo, quem vivencia esse turismo busca compreender ou pelo menos tenta entender mesmo que de uma maneira involuntária o que para o outro é o seu próprio cotidiano, é a sua relação com aquele espaço.

Os *sítios de pertencimentos* são construídos pela comunidade e é onde se observa o lugar do encontro, o sítio, onde se recebe e é recebido, este lugar possui uma especialidade real, histórica e culturalmente construída. São diferentes dos espaços turísticos produzidos, os sítios para serem percebidos como turísticos, devem ser antes de tudo reconhecidos pelos próprios residentes; deve haver uma auto-identificação típica do sentido de comunidade. O sítio é cheio de significados próprios, que são valorizados pela comunidade, e que se coloca disponível para o intercâmbio.

De acordo com Lima *et al.* (2009) a teoria dos sítios tem por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio, a diversidade dos contextos da ação dos agentes econômicos, contrapondo-se dessa forma ao reino da produtividade, da concorrência irrestrita, da quantidade e das certezas do passado. O sítio é, portanto, “o lugar onde as crenças e práticas se ajustam às circunstâncias locais e contrariam a lógica exclusiva do mercado” (LIMA *et al.*, 2009, p.10).

Bartholo (2009) fala dos tipos de relações que o ser humano desenvolve com o outro. Neste ponto do trabalho é importante ressaltar estas relações, porque elas são diferentes e se reproduzem nas atividades desenvolvidas pelo homem, é o caso do turismo, para tratar sobre isso o autor utilizou os trabalhos Fragmentos Autobiográficos e Eu Tu de Martin Buber. “Para Buber, a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano” (p. 49), isso simboliza a proximidade entre os seres, no turismo comunitário é este tipo de relação que predomina, ela pressupõe o encontro face a face.

Diferente das relações do tipo “Eu-Tu” Buber apresenta as relações do tipo “Eu-Isso” que representam relações de apropriação utilitária no qual se busca uma mediação por outros interesses que não são apenas os das relações. Bartholo (2009) interpretando a proposta de Buber sobre este último tipo de relação apresentada mostra que

Nela não há lugar para proximidades vinculantes, que lhe permanecem uma exterioridade. Ela não conhece encontros face a face. Seu operar é uma repetida requisição da disponibilidade dos entes para serem usados como objetos de conhecimento, instrumentalização e controle (p.53).

É possível notar que este tipo de relação é visível no turismo massificado, em outra parte de seu trabalho o autor destaca a necessidade de se buscar cada vez mais as relações do tipo Eu-Tu, pois estas relações estabelecem “sempre um acontecimento surpreendente e incontrolável, que escapa ao determinismo dos planejamentos e projeções” (BUBER, 1991 *apud* BARTHOLO, 2009, p.52), percebe-se com isso as relações quando mantidas com seu sítio simbólico de pertencimento lhes são identitárias.

O TBC tem como alguns atrativos a disponibilização do lugar, das relações do espaço vivido, como as relações de convivencialidade, que é “uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros” (ZECHENER *et al.*, 2008, p.7), algo completamente diferente do turismo convencional, que é criador de espaços de exclusão/segregação tanto para o turista quanto para os moradores. Outro atrativo apontado pelos autores é o de vivenciar a dimensão espaço-tempo que é regulada pelo sol, pela lua e pelas chuvas. O tempo é regulado pelo ciclo natural de um modo de vida mais conectado com a natureza.

Ao criar espaços de encontro o TBC, permite o compartilhamento do cotidiano, do lazer, da religiosidade, dentre outras atividades, isso permite que as relações interpessoais sejam favorecidas. As características apresentadas ao longo desta sessão demonstram que esta forma de fazer turismo prioriza o lugar, a conservação ambiental e a valorização da identidade cultural, aspectos pouco priorizados em uma sociedade que vê a natureza e o ser humano apenas como uma mercadoria e mão de obra barata, respectivamente, sobretudo, quando a atividade turística ocorre em comunidades que não participaram do planejamento e gestão desta atividade em seus espaços.

Por isso deve-se pensar no TBC como uma atividade que possa contribuir com o desenvolvimento, não somente no sentido econômico, mas também social, que valorize a cultura local, a autonomia do ser humano, para entender melhor isso na seção seguinte será discutido o conceito de desenvolvimento socioespacial proposto por Marcelo Lopes de Souza.

Sobre o conceito de Desenvolvimento Socioespacial

Cruz (2009) mostra que o crescimento econômico tem sido considerado por muitos um pressuposto imprescindível para o desenvolvimento, já que a população mundial cresce e, conseqüentemente, as demandas por bens materiais e imateriais. Ainda é visível a ideia de desenvolvimento associado ao aspecto econômico, no qual

são levados em consideração diversos indicadores como o Produto Interno Bruto, Produto Nacional Bruto, o PIB *per capita*, indicadores que são apenas quantitativos e não representam o real desenvolvimento.

Souza (1997) mostra que o desenvolvimento não deve ser pensado/entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, pois observa-se que o “desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que, automática ou forçosamente haja melhoria do quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais” (p.18).

Observa-se em muitas situações que a atividade turística vem acompanhada de equipamentos tecnológicos que provocam intensa liberação de mão de obra, gerando assim aumento do desemprego ou inserindo de maneira precária as populações locais, isso ocorre devido a vários fatores, dentre eles destacam-se a escassa ou inexistente participação popular no planejamento e gestão de empreendimentos ligados ao setor turístico, como já mencionado anteriormente. Por isso “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Neste sentido, busca-se compreender o turismo, em especial o turismo de Base Comunitária, como uma atividade indutora de desenvolvimento em comunidades. Esse desenvolvimento seria abrangente, correspondendo ao desenvolvimento socioespacial proposto por SOUZA (1997), que deve ser compreendido

Como um processo de superação de problemas e conquistas de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (p.19).

É necessário ressaltar que conceber esta forma de desenvolvimento não é tarefa fácil, mas considera-se que esta é a que mais se aproxima da realidade e dos benefícios que um real desenvolvimento pode promover a um local, pois levar em consideração apenas a dimensão econômica é não observar a diversidade das relações sociais que existem no espaço.

Neste contexto faz-se indispensável mostrar que o espaço é um produto social como aponta Souza (1996; 1997), pois

o espaço é primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solo, rio, etc.) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente construído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem (SOUZA, 1997, p.10).

Este espaço consegue ao mesmo tempo ser suporte e condicionador, é suporte quando nos referimos à vida em sociedade, e condicionador quando nos referimos aos projetos humanos. Este espaço envolve também, outras dimensões como o afetivo e o simbólico. E para a organização política este espaço é visto como uma arena de luta e uma fonte de recursos.

Por isso o desenvolvimento é necessariamente socioespacial, ou seja, da sociedade e do espaço: tão tola quanto a crença de se transformar substantivamente as relações sociais apenas por meio de intervenções no espaço (“fetichismo espacial” tipificado por centros urbanistas) é a negligência para com o fato de que a mudança social demanda, concomitantemente (mesmo que nem sempre isso ocorra), a mudança da organização espacial que amparava as velhas relações sociais (SOUZA, 1996, p.7).

Pensar numa teoria do desenvolvimento socioespacial envolve uma série de parcialidades que precisam ser superadas. É imprescindível compreender que a sociedade é como um todo indivisível, constituído por várias dimensões: sociais, espaciais, históricas, e que estas se encontram interligadas.

O desenvolvimento deve vir acompanhado por mudança social positiva como aponta Souza (2001) que contemple não apenas as relações sociais, mas também e de forma igualitária a espacialidade, “desenvolvimento pressupõe mudança, transformação- e uma transformação positiva, desejada ou desejável” (p.1). Portanto apenas é possível falar em desenvolvimento socioespacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social, ambos estão subordinados a autonomia, esta é apontada por Souza (1997; 2001; 2006) como um princípio que demanda aspectos tanto do plano interno (como por exemplo, a chance de participação na tomada de decisões importantes para a vida social, isso deveria ocorrer de forma igualitária), quanto do plano externo (a autonomia do outro e os interesses reais), conforme o princípio da não intervenção.

Para ele a autonomia pode ter duas faces a individual e a coletiva, a autonomia individual corresponde

a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantem uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos (SOUZA, 2001, p.64).

A autonomia coletiva corresponde

Não somente instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico, mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e defender estas instituições (SOUZA, 2001, p.64 e 65).

Souza (2001) ressalta que a autonomia possui tanto um valor instrumental quanto um valor substantivo ou intrínseco. O valor instrumental corresponde à importância da liberdade para se fazerem coisas e de se proteger de ações nocivas, enquanto isso o valor intrínseco corresponde à fruição da liberdade efetiva vista como um bem em si mesma.

Analisando trabalhos de Cornelius Castoriadis, Souza (2006) aponta ainda a necessidade de se fazer à diferença entre autonomia em sentido forte e autonomia em sentido fraco.

Em “sentido forte” a referencia à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o “sentido fraco” refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos, podem colaborar político – pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro (SOUZA, 2006, p.82).

Para Souza (2001) a melhoria da qualidade vida e o aumento da justiça social estão subordinadas à autonomia, ou seja, a autonomia é o parâmetro essencial do desenvolvimento socioespacial, é o parâmetro subordinador, quando se tem autonomia é possível criar ações que venham a melhorar a qualidade de vida e o aumento da justiça social dos vários grupos sociais.

Ser autônomo “significa, assim, “dar-se a sua própria lei”, em vez de recebê-la por imposição” (...) “É tomar nas mãos o próprio destino: liberdade política e percepção da história como criação” (SOUZA, 2006, p.69), ao analisar estas frases pode-se entender que a autonomia é fundamental para aqueles que almejam um real desenvolvimento

Souza (2001; 2006) aponta a justiça social como sendo derivado da autonomia, o mesmo não pode ser afirmado quando nos referimos à qualidade de vida, pois a liberdade em que se tem num processo decisório não é, por si só, garantia alguma de que decisões serão acertadas e se traduzirão em melhor qualidade de vida. A justiça social é um parâmetro subordinado que se refere, por exemplo, ao grau de desigualdade socioeconômica e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes, ao nível de segregação residencial, é o parâmetro que está relacionado à esfera pública.

Já a qualidade de vida se refere à esfera privada, à satisfação individual, por exemplo, a melhoria da educação, da saúde, da moradia, a melhoria da qualidade de vida envolve tanto necessidades básicas, quanto não-básica, tanto materiais, quanto imateriais.

O autor ressalta que não se deve buscar uma relação hierárquica entre estes parâmetros, porque entre eles é possível observar uma relação de complementaridade essencial, pois qualquer um deles tomado isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento Socioespacial. No entanto vale ressaltar que estes parâmetros, apresentam parâmetros subordinadores particulares tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, e que nem sempre as melhorias de um irão acompanhar as melhorias do outro.

Diante do exposto percebe-se que o desenvolvimento socioespacial é o sentido de desenvolvimento que deve ser pensado, pois o desenvolvimento envolve outras dimensões para além da econômica, como pode ser constatado.

Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Socioespacial: algumas reflexões

O Turismo de Base Comunitária e o Desenvolvimento Socioespacial apresentam características que fazem com que eles possam ser conceitos a serem trabalhados durante a elaboração de projetos turísticos, pois como mencionado anteriormente o TBC visa proporcionar outra forma de fazer turismo, um turismo que vise melhorias para as comunidades envolvidas e que contribua para preservação do patrimônio cultural das comunidades, pois o turismo de massa tende a impactar e desagregar comunidades que não participam da elaboração e gestão da atividade turística, esta prática, infelizmente, ainda é muito comum.

Seguindo os princípios apontados no TBC as comunidades devem ser autônomas, devem ter participação ativa nos projetos turísticos, o envolvimento por parte das comunidades deve ocorrer desde o planejamento passando pela execução e gestão de um projeto turístico. É de grande relevância para que eles (comunitários) possam conquistar o tão almejado desenvolvimento no sentido amplo, um desenvolvimento Socioespacial, sendo este possível somente a partir da conquista e ampliação da autonomia, que irá gerar posteriormente qualidade de vida e justiça social. o TBC permite criar os espaços do encontro, no qual os comunitários compartilham o seu cotidiano. Rosário (2010) nos mostra que o TBC

Tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e a cultura dos comunitários (ROSÁRIO, 2010, p. 80).

Tendo em vista estas considerações o TBC é compreendido como uma alternativa frente ao turismo de massa, e que associado a ideia de desenvolvimento Socioespacial pode contribuir com o bom andamento de um projeto turístico em áreas de comunidades tradicionais. Um dos objetivos principais é contribuir no desenvolvimento local das comunidades que trabalham com ele, mas é preciso destacar que não se trata somente de desenvolver economicamente, por isso trabalha-se com ideia de desenvolvimento socioespacial apontada por Souza (1997; 2001; 2006).

Referências bibliográficas

ADRIÃO, D.; COSTA, M. A. F. Palestra: "O conceito de comunidade e as possibilidades do Turismo de Base Comunitária no pólo Tapajós". Belém, 06 de janeiro de 2011.

ARAÚJO, G.P.; GELBCKE, D.L. Turismo Comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 10, nº 03. p. 357 – 378, set/dez. 2008. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo Acessado em: 24 de junho de 2009.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

CORIOLO, L.N.M.T. *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: Ed. UEC, 2009.

CRUZ, R.C.A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª Ed. São Paulo: Annablume, 2002.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

LIMA, R. P.; AYRES, A. R.; BARTHOLO JR., R. S. Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. **Anais...Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO**, 2009. 1 CD-ROM

MATIAS, L.F. Geotecnologias e patrimônio arquitetônico: potencialidades no mapeamento e análise para fins turísticos. *In*: PAES, M.T.D.; OLIVEIRA, M.R.S. (Orgs.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

MIELKE, E.J.C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

PAES, M.T.D.P. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

ROSÁRIO, B.A. Políticas de turismo e desenvolvimento socioespacial no município de Soure (Ilha do Marajó-Pará)- O Turismo de Base Comunitária como alternativa. 2010, **TCC** (Faculdade de Geografia e Cartografia), IFCH.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo. *In*: (BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

SOUZA, M.L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento Socioespacial. UFRJ: **Revista TERRITÓRIO**, 1996.

SOUZA, M.L. **Mudar a Cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, M.L. **A prisão e a Ágora reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZECHENER, T.C.; HERIQUEZ, C.; SAMPAIO, C.A.C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Anais** do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Fortaleza-CE, maio/2008.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

Alessandra Silva Lobato: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: alessandrageo19@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8962068868240430>

Data de submissão: 28 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 11 de junho de 2013

Data do aceite: 11 de junho de 2013

Avaliado anonimamente